

APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA COMERCIAL E A PRECARIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS COMERCIÁRIOS

Luzimar Barreto FRANÇA JUNIOR ¹

RESUMO – O presente trabalho pretende iniciar a problematização de um fenômeno que se insere no atual processo de reestruturação produtiva do setor do comércio: o da precarização do trabalho comerciário. Trata-se de uma tentativa de correlacionar as recentes transformações tecnológicas, as novas formas de gestão e as variadas estratégias de varejo, que podem implicar na utilização de um grande número de trabalhadores contratados sob as mais variadas rubricas e ainda, na precarização do estatuto salarial da categoria, mormente, considerando-se empregadores de grande capacidade econômica como é o caso de grandes redes hipermercadistas.

Palavras-Chave: Reestruturação Produtiva. Hipermercados. Comerciários. Precarização.

1 INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas do século passado, pudemos verificar nos países capitalistas profundas transformações no mundo do trabalho as quais se refletem tanto nas formas de inserção na estrutura produtiva, como nas formas de subjetivação/conformação da classe trabalhadora na nova ordem.

As mais variadas formas de inovações, bem como as modernas “técnicas” de gestão, inserem-se e desenvolvem-se no seio das relações de trabalho e de produção do capital, extrapolando o universo fabril, atingindo setores

¹ Advogado. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Pres. Prudente. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrando em Ciências Sociais e Política pela FFC/Unesp – campus de Marília. lbf.adv@bol.com.br.

relacionados aos serviços, educação, saúde, e, em específico no comércio varejista, entre outros.

A reestruturação produtiva e organizacional no setor comercial vem ocorrendo de forma significativa. Sofisticados mecanismos de gestão e controle do processo produtivo e da força de trabalho, como a utilização da informática no controle do processo produtivo, o uso de técnicas modernas de gerenciamento e a utilização de novos equipamentos, e mesmo a ampliação do processo de terceirização, têm sido algumas das medidas adotadas por empresas do setor, cujos reflexos recaem diretamente sobre as relações de trabalho, sinalizando novos desafios para a classe-que-vive-do-trabalho.

Pretendemos neste texto elaborar reflexões iniciais sobre o processo de reestruturação produtiva e a precarização do trabalho no setor do comércio.

2 O TRABALHO EM TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

É fato que nas últimas décadas a relação de trabalho tem se transformado, tendo havido uma acentuada diminuição no emprego formal, além do surgimento (ou incremento) de novas formas de contratação (eventual, autônomo, cooperado, etc). Giovanni Alves revela o quadro de precarização do mundo do trabalho (2005). Ricardo Antunes aponta uma tendência de subproletarização do trabalho, onde haveria um aumento de formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, informal, entre outras (2000). Nesta toada, alguns cientistas sociais chegaram mesmo a declarar a extinção do contrato de emprego. Rifkin (1995) profecia o fim do trabalho; Meda (1995) assinala o trabalho como um valor em via de desaparecimento. Em verdade, a profecia do “fim do emprego” esconde a metamorfose que ocorre na classe trabalhadora. Quem antes era empregado, passa a ser, compulsoriamente, empreendedor e micro/pequeno empresário, porém, realizando as mesmas necessidades do capital, agora sob nova roupagem. Para o jurista Francisco Meton Marques de Lima

“(...) a sociedade moderna fabrica todo dia relações diferentes visando a descaracterizar o emprego. (...) Aparentam com o emprego celetista os contratos de empreitada em que o empreiteiro é o artífice; o trabalho autônomo; o avulso; o eventual; o doméstico. E vem surgindo o contrato de representação (muito parecido com o de empregado viajante); relação trabalhista travestida de relação amorosa (ainda existem os João Romão!). (LIMA, 1997, p.59)

Além dessa metamorfose forçada, tem-se ainda que, a partir da mundialização do capital e da predominância das práticas neoliberais no decorrer da década de 1990 – doutrina conhecida como *Consenso de Washington*, os índices de desemprego foram assustadoramente aumentados. Essa dinâmica mutacional das relações de trabalho implica, reconhecidamente, na precarização dos direitos trabalhistas e a diminuição drástica dos níveis de emprego formalizado em CTPS. Sérgio Lessa, professor do Departamento de Filosofia da UFAL explica:

Vivemos uma quadra histórica em que a ampliação e a intensificação da exploração do trabalho tem levado a um assustador renascimento, não apenas de formas de trabalho típicas da manufatura anterior à Revolução Industrial, como ainda de formas pré-capitalistas como o escravismo. Temos hoje, na moderada avaliação de Kevin Bales, três vezes mais escravos do que a totalidade dos seres humanos retirados da África durante todo o período colonial. Nossas cidades e as zonas rurais estão em nítido processo de pauperização enquanto as fortunas de uns poucos se elevam a bilhões de dólares em tempo recorde. (...)

O que temos na “Terceira Itália”, caso tão citado pelos que defendem as teses do “trabalho imaterial”, é exemplar de como nossos autores procedem na fabricação de ilusões. Lá, várias indústrias fizeram os trabalhadores comprarem as máquinas e as instalarem em suas casas para produzirem as roupas que a Benetton, o exemplo mais citado, vende em sua cadeia de lojas. (...)

Ao converter o trabalhador em proprietário da máquina, parte do capital constante é agora fornecido pelo próprio trabalhador. Ao transformar o trabalhador em proprietário da máquina na qual ele e sua família trabalham, faz do antigo operário o capataz de si e de sua família. (...)

Ao fazer do trabalhador ser o seu próprio operário (ou, se quiserem, ao forçar o operário, além de trabalhar, também a personificar o capitalista), o capital amplia sua lucratividade economizando nos “custos Sociais” e administrativos. E, por fim, o operário ao não encontrar no mercado ninguém disposto a comprar as peças que ele fabrica e na escala em que o faz a não ser seu antigo patrão, termina submetido a um processo de produção cuja razão de ser continua sendo dada pelo capital (ironicamente, muitas vezes pelo mesmo grupo capitalista que antes assinava sua carteira de trabalho). (LESSA, 2002)

Não restam dúvidas de que a marcha da precarização solapa os direitos sociais à medida que os retira duma parcela crescente de trabalhadores.

No Brasil, os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) tornaram efetivas as idéias neoliberalizantes, dentre elas, o aprofundamento da abertura da economia nacional, a privatização de empresas e de serviços públicos e a intensa desregulamentação das relações de trabalho (BOITO JR, 1996). Diversos indicadores sociais da época mostraram que os grandes resultados conquistados pelos empregadores na década neoliberal deram-se à custa da retração dos postos de trabalho, além, da degradação de estatutos salariais e proliferação de trabalhos temporários e terceirizados (ALVES, 2002).

Na região metropolitana de São Paulo, a proporção de empregados com carteira do setor privado ou estatutários do setor público, ou seja, gozando dos direitos sociais, era de 57,3% da população economicamente ativa (PEA) em 1989 e apenas 40,2% em 2001. Nesses doze anos, os desempregados subiram de 8,7% para 17,6%; os assalariados sem registro passaram de 8,3% para 11,7%; os autônomos de 14,2% para 17,4%; os empregados domésticos de, 5,6% para 6,9%; os empregadores, de 3,7% para 3,9%; e os demais, (membros não remunerados da família, trabalhadores apenas para o autoconsumo etc.) de 1,9% para 2,3%.² Enfim, resta patente a relação entre a reestruturação produtiva em curso, signo de uma nova ordem neoliberal, e os altos níveis de desemprego e precarização no mundo do trabalho.

3 A REESTRUTURAÇÃO NO SETOR COMERCIAL

Cumprir lembrar que a gênese sócio-histórica desses fenômenos de “reestruturação produtiva” tem vinculação com o setor fabril. Desde o aparecimento da indústria, desde o ideário taylorista/fordista da grande indústria verticalizada, até a recente onda pós-fordista ou toyotista, em todas estas passagens, a produção de bens sofreu severas modificações, tornando velho e depreciado o regime anterior. A bem da verdade, em muitos setores e países, há ainda a prevalência de diversos

² Dados da pesquisa do SEADE/DIEESE em *Estudos Avançados*, nº 47, jan-abr 2003, p. 21-42.

modos de produção convivendo entre si, porém, despontam modos de produção preponderantes tal como hoje ocorre com o toyotismo.

Encontramo-nos num período de ratificação do toyotismo. Deixamos o período do consumo maciço de sistemas de produção para iniciar o da distribuição flexível. O desenvolvimento da comunicação, da linguagem, no âmbito da produção, é expressão da mudança econômica e produtiva que estamos vivendo. Passou-se da grande indústria que abrigava em seu interior todos os processos de produção, para um modelo de descentralização produtiva. Muito embora o novo modo de produção tenha nascido nas fábricas, o certo é que houve o deslocamento dessas práticas para todos os setores da economia mundial, inclusive o comércio.

O setor do comércio caracteriza-se pela venda e revenda de mercadorias ao consumidor final. Sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é aproximadamente de 8%, ocupando 9 milhões de pessoas conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1999). O comércio no Brasil é, ainda hoje – apesar do crescimento das grandes cadeias de lojas – pulverizado em um grande número de estabelecimentos de pequeno porte (70% das vendas). Em todo o país, no último triênio dos anos 90, existiam cerca de 1 milhão de empresas comerciais. No mesmo período, o número de empregados do setor aumentou em 303.925 pessoas.³ Junto ao aumento nominal de empregados no comércio, houve uma acentuação da concentração e internacionalização do setor. Foram muitas as aquisições e fusões. Segundo os dados do DIEESE, em 1995 o Carrefour e a CBD (Pão de Açúcar) detinham 25% do faturamento total do setor. Em 2002, as duas redes responderam por 40% do faturamento do setor.

De maneira geral, constata-se que o setor tem seguido a tendência dos demais no que diz respeito ao processo de reestruturação e de concentração, especialmente nas grandes redes, ainda que com algum atraso quando comparado com a indústria. SEGRE, ao analisar o segmento dos supermercados revela a preocupação quanto ao tratamento deferido aos trabalhadores:

Fusões, incorporações, adoção de novas tecnologias, enfoque logístico, lançamento de marcas próprias e comércio eletrônico são estratégias que podem garantir um aumento no faturamento e a elevação dos lucros. Isto acarreta um aumento na acumulação. Entretanto, neste cenário, não está

³ Os números fazem parte da pesquisa encomendada pelo Sindicato dos Comerciários de São Paulo ao Dieese.

claro qual o novo papel a ser desempenhado pelo trabalhador e qual o benefício que o mesmo terá direito.

(...)

De uma forma geral, a maior desvantagem no processo de automação comercial é a diminuição de postos de trabalho. Mesmo no caso de situações de expansão, como por exemplo, no aumento de número de lojas e/ou no número de check-outs para diminuir as filas, não se identifica uma criação significativa de empregos, já que há muitos casos de remanejamento de pessoal. Isto é devido, em grande parte, ao aumento de produtividade dos caixas automatizados e à otimização de operações realizadas pela retaguarda da loja, conjugada com a terceirização de processos e operações que têm implicado corte de pessoal de apoio.

O número de empregos não acompanha a dinâmica de outros índices do setor. A implementação de novas tecnologias em conjunto com novos processos organizacionais como: a terceirização, a saída dos atendentes dos setores de açougue, padaria, frios e hortifrutigranjeiros do centro da loja para a retaguarda ocasionam uma diminuição do número total de funcionários nas lojas. (SEGRE, 2002)

É perceptível também, a partir da leitura dos dados veiculados pelo DIEESE, uma trajetória de declínio nos rendimentos dos assalariados no comércio, daqueles com carteira assinada, mas principalmente dos sem registro. Tal declínio pode ter origens diversas, dentre elas, o intenso processo de incorporação de novas tecnologias, tanto as de carácter organizacional quanto as relativas a equipamentos, além, obviamente, da terceirização de alguns serviços.

4 O PAPEL DO HIPERMERCADO NA PRECARIZAÇÃO

Especificamente quanto aos hipermercados, este formato de comércio surgiu na década de 1960. Se o supermercado é uma invenção norte-americana do início do século XX, o hipermercado é uma invenção francesa da segunda metade do século passado. Para BAUDRILLARD (1995, p. 13)

"os hipermercados parecem-se com uma grande fábrica de montagem, de tal maneira que, em vez de estarem ligados à cadeia de trabalho por uma limitação racional contínua, os agentes, ou pacientes, móveis e descentrados, dão a impressão de passarem de uma parte a outra da cadeia, segundo circuitos aleatórios, contrariamente às práticas de trabalho, mas trata-se mesmo assim, de facto, de uma cadeia, de uma disciplina programática, cujas inserções se apagaram por detrás de um verniz de tolerância, de felicidade e de hiper-realidade. O hipermercado é já, para além da fábrica e das instituições tradicionais do capital, o modelo de toda a

forma futura de socialização num espaço-tempo homogêneo de todas as funções dispersas do corpo e da vida social (trabalho, tempos livres, alimentação, higiene, transportes, média, cultura): retransição de todos os fluxos contraditórios em termos de circuitos integrados; espaço-tempo de toda simulação operacional da vida social, de toda uma estrutura de habitat de tráfego".

Neste sentido, resta evidente que a instalação de um hipermercado possa conduzir a diversos efeitos, decorrente das variadas estratégias utilizadas, tais como a automação com vistas a diminuir custos e gerar lucros, além de mudanças nos contratos de trabalho, com a redução sistemática na contratação de empregados formais e o incremento de contratações de trabalhadores "autônomos", parciais, temporários, terceirizados.

Apenas para ilustrar nosso pensamento, havemos de fazer referência à rede varejista Carrefour, que na atualidade, é a maior rede varejista do Brasil. Tal rede é a precursora do conceito de hipermercado; atualmente é a segunda maior rede varejista do planeta, presente em 19 países totalizando aproximadamente 7000 lojas entre supermercados, hipermercados, *discounts*, *cash & carry* e lojas de conveniência. Segundo informações obtidas no site da rede Carrefour⁴, em 1975, a rede francesa estabeleceu-se no Brasil. Em 1999, o Carrefour adquire 85 (oitenta e cinco) supermercados no Brasil e compra 23 (vinte e três) Lojas Americanas além de diversas outras pequenas redes espalhadas pelo Brasil. Em 2000, a rede passa a ser a segunda maior rede de comércio varejista do Brasil, faturando em 2005, aproximadamente 11 bilhões de reais. Em 2007, a rede Carrefour alcança a liderança no setor. Segundo ainda o site, cada loja da rede gera cerca de 500 empregos diretos e 1.000 indiretos.

A acalentadora promessa de criação de empregos, entretanto, transmuda-se em forma de subordinação/exploração do trabalhador à vontade do capital, ratificando o estranhamento entre trabalhador e objeto de trabalho, trabalhador e processo de trabalho, trabalhador e o homem genérico. A lógica (e vontade) do hipermercado é imposta por meio do medo do desemprego. Tendo a capacidade de absorver número considerável de mão-de-obra, e sendo esta excedente, coloca-se uma verdadeira *espada de Dâmoques* sobre as cabeças dos trabalhadores empregados: ou aceitam as novas e perversas condições de

⁴ <http://www.carrefour.com.br/>, acessado em 20.janeiro.2006

emprego, ou, serão substituídos por outros, ávidos pelo emprego. Neste compasso, é possível verificar no transcorrer dos anos, um enfraquecimento dos organismos de proteção ao empregado-comerciário, resultando num empobrecimento do patrimônio jus-trabalhista destes trabalhadores.

Em uma análise estritamente empírica, torna-se fácil constatar o funcionamento do hipermercado Carrefour em quase todos os dias do ano, desprezando-se então, os feriados, domingos e descansos do trabalhador, além disso, a aparente utilização de trabalhadores terceirizados (segurança, limpeza, operadores de caixa) e ainda, a intensa contratação de trabalhadores temporários, são apenas as partes visíveis de um problema, que supomos possa ser maior.

Com relação a esta determinada categoria assalariada é necessário salientar a sua importância no município de Presidente Prudente (base territorial da pesquisa a ser efetivada) cujo comércio responde por grande parcela de sua economia. Segundo dados do SEADE⁵, o município de Presidente Prudente tem atualmente 201.647 (duzentos e um mil, seiscentos e quarenta e sete) habitantes, sendo que o comércio absorve 24,45% desta população. Porém, ainda que evidente a importância de tal setor para o município de Presidente Prudente, e certo que nos últimos anos, o Sindicato dos Comerciários de Presidente Prudente encontra-se estagnado, com nítida tendência à diminuição dos quadros de sindicalizados (THOMAZ JÚNIOR, 2004).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o discutido acima, a apreensão do processo de precarização e reestruturação produtiva e a grande rede hipermercadista, nos remete à reflexão sobre as conseqüências que possam advir à classe comerciária em geral. Dentro desta perspectiva é que apresentamos estas ponderações iniciais que embasam nosso projeto de pesquisa e que ora compartilhamos o seu esboço. Desta maneira, o que lançamos apenas enquanto objetivo a ser alcançado é,

⁵ <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>, acessado em 26.janeiro.2006

detectar no “mundo do trabalho”, as conseqüências advindas com a reestruturação produtiva no setor comercial e o crescimento das grandes redes hipermercadas.

A pretensão de nossa pesquisa é investigar as mudanças nas situações de trabalho, tanto no sentido jurídico-contratual, como no estatuto salarial e organizacional dos trabalhadores comerciários em hipermercados. Para tanto, nos propomos a analisar e comparar o contrato de trabalho (convenção coletiva e acordo coletivo) dos comerciários em geral do município de Presidente Prudente desde 1994; identificar e analisar as práticas espoliativas/precarizantes encontradas dentro das redes hipermercadas, bem como, as formas de subsunção dos trabalhadores ao interesse da rede; analisar e compreender a atuação do hipermercado na precarização dos direitos do trabalhador comerciário e na fragmentação da categoria dos comerciários; identificar e entender o papel do sindicato da categoria na precarização dos direitos destes trabalhadores comerciário e na fragmentação da categoria dos comerciários; por fim, estudar o custo social pago por estes empregados comerciários pela implantação estabelecimentos deste formato - hipermercados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas: Cortez, 1998.

BARATA SALGUEIRO, T. **Do comércio a distribuição: roteiro de uma mudança**. Lisboa: Ed. Celta, 1995, 268p.

BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Elfos, Edições 70, 1995, 212p.

BOITO JR., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Revista Crítica Marxista**, n.3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

DIEESE – CONTRACS - **Perfil dos Trabalhadores no Comércio**
(http://www.contracs.org.br/documentos/Perfil_Trabalhadores_Comercio_2Edicao2.zip)

DUNDES, Ana Cláudia. **O processo de (des)industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente - SP**. 1998. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **As relações de troca no capitalismo monopolista e suas implicações espaciais: a reestruturação do comércio na região de Presidente Prudente**. 1994. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

HARB, Antonio Geraldo. **As competências organizacionais nos segmentos de hipermercado e supermercado no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LESSA, Sérgio. **Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva**. Crítica Marxista, n. 15, outubro de 2002.

LIBÓRIO, Marília Gomes Campos *et al.* **Caracterização do mercado de trabalho de Presidente Prudente**. 1984, 99p. (Trabalho de pesquisa) – IPEA, Presidente Prudente.

LIMA, Francisco Meton Marques de. **Elementos de Direito do Trabalho e Processo Trabalhista**. 6. ed. São Paulo: LTr, 1997.

MAGNOLI, D. M. Comércio varejista: notas sobre o grupo pão-de-açúcar - 1959/1986. **Boletim Paulista de Geografia**, AGB, 1988, v. 54, pp. 79-92.

MEDA, D. **La fin de la valeur "travail"?** . In *Esprit*, août-septembre. Paris, 1995.

PINTAUDI, S. M. **Os supermercados na Grande São Paulo: Contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles**. São Paulo: USP, 1981, 108p. Dissertação (mestrado em Geografia) _ FFLCH _ USP, 1981.

PINTAUDI, S. M. "O lugar do supermercado na cidade capitalista". **Geografia**, UNESP, 1984, v.9, n.17-18, pp.37-54.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIFKIN, J. ***The end of work: The decline of the global labor force and the dawn of the post-market***. New York: Putnam's Sons, 1995.

SEGRE, L. M. **Uma análise do segmento de supermercados: estratégias, tecnologias e emprego**. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 0, n. nº 2, p. 46-56, 2002.

SERAFIM GOMES, M.T. **As mudanças no mercado de trabalho e o desemprego em Presidente Prudente/SP - Brasil**. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (32), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-32.htm>

SPOSITO, M.E.B. **Conjuntura Prudente 97**. 1997 - Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio *et al.* **Indicadores Sindicais de Presidente Prudente**. Presidente Prudente. 2004 (Trabalho de Pesquisa) - Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.